



Sindicato dos Contabilistas do
Município do Rio de Janeiro

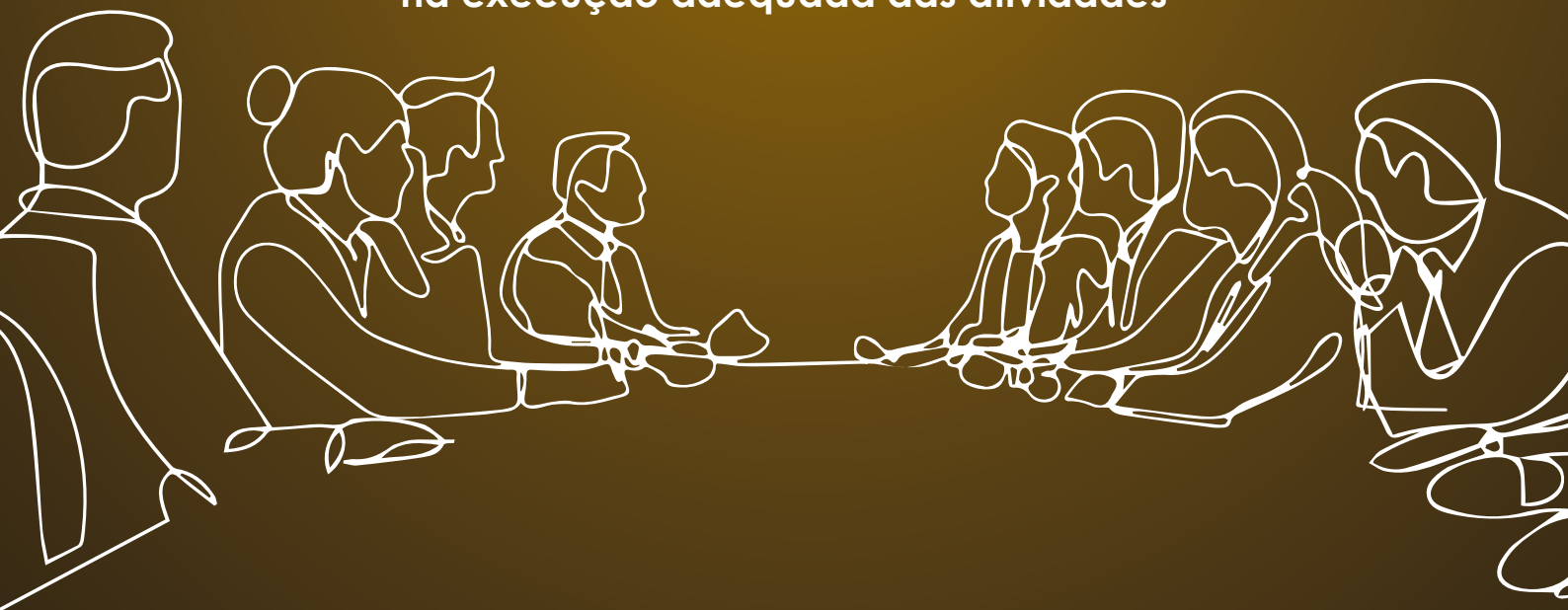
MBC

Mensário Brasileiro de Contabilidade

ano 103 | número 1171

Supervisão do trabalho

**Integrantes dos Conselhos nas ONGs auxiliam
na execução adequada das atividades**



Nossa Missão

Oferecer aos Profissionais da Contabilidade um Sindicato forte e atuante na defesa dos direitos e interesses do Profissional Liberal, Contador e Técnico em Contabilidade no Município do Rio de Janeiro de forma eficaz, visando o respeito e o aprimoramento da categoria.



Sindicato dos Contabilistas do
Município do Rio de Janeiro

Editorial	3
Atuação e relevância	
Contabilidade Esportiva	4 e 5
Excelência também fora dos campos	
Associativismo	6 e 7
Trabalho em construção	
Transparência	8 e 9
Gerenciamento adequado	
Capa	10 e 11
Transparência e proteção	
Artigo	12 a 15
ESG: Tsunami, marolinha ou cortina de fumaça	
Eventos	16 e 17
Atualização constante	
Bem-Estar	18 e 19
Qualidade de vida em todas as épocas	

O Mensário Brasileiro de Contabilidade é uma publicação do Sindicato dos Contabilistas do Município do Rio de Janeiro, detentor das medalhas Tiradentes (Alerj, Resolução 1.156/2015) e Pedro Ernesto (Câmara Municipal RJ, Resolução 9.293/2016).

Sede: Rua Buenos Aires, 283 (Edifício Moraes Junior), 2º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ. CEP: 20061-003

Whatsapp: (21) 98554-2163

Site: www.sindicont-rio.org.br

E-mails: sindicont-rio@sindicont-rio.org.br

diretoria@sindicont-rio.org.br

secretaria@sindicont-rio.org.br

Facebook: @sindicont.rio

Instagram: @sindicont.rio

Filiações:

Federação dos Contabilistas nos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia (FEDCONT/RJ/ES/BA)

Confederação Nacional das Profissões Liberais (CNPL)

Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB)

O SINDICONT-Rio não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nos artigos assinados e pelos produtos e/ou serviços oferecidos pelos anunciantes.

EXPEDIENTE

Diretoria 2018-2022

Presidente: Diva Maria de Oliveira Gesualdi

Vice-Presidente: Sandra Helena Gonzaga Pedroso

Diretora Secretária Geral: Elismar Moraes dos Santos

Diretora 2ª Secretária: Ana Maria da Silva

Diretora Financeira: Maria de Fátima Moreira

Diretora de Contabilidade: Sonia Regina Mandarino

Diretora de Assuntos Jurídicos: Lygia Maria Vieira Sampaio

Diretora Social: Mary Isabel Pereira

Diretora Cultural e de Divulgação: Fátima Bernardo da Silva

Diretores Suplentes: Ana Luiza Pereira Lima, Andrea Pereira da Silva, Bela Balassiano, Jayme Pina Rocio, José Paulo Cosenza, José Rubens do Amaral, José Vicente de Paula, Raimundo Viana Pereira, Rosângela Dias Marinho

Conselho Fiscal (Efetivos): Josuel Batista Ferreira, João Bosco Lopes, Aldo Gagliardo

Conselho Fiscal (Suplentes): Gustavo Fontoura Cretton, Celi Coelho da Silva, Cristina Maria Araújo Costelha

Delegados representantes junto à Federação (Titulares): Diva Maria de Oliveira Gesualdi e José Rubens do Amaral

Delegados representantes junto à Federação (Suplentes): Maria de Fátima Moreira e Ana Luiza Pereira Lima

Produção editorial e design: Cajá Comunicação

Projeto Gráfico: Cajá Comunicação

Fotografias: Arquivo SINDICONT-Rio, Eliane Carvalho, Freepik e Unsplash

Versão digital: www.sindicont-rio.org.br

**Diva Gesualdi**

Presidente do SINDICONT-Rio

Atuação e relevância

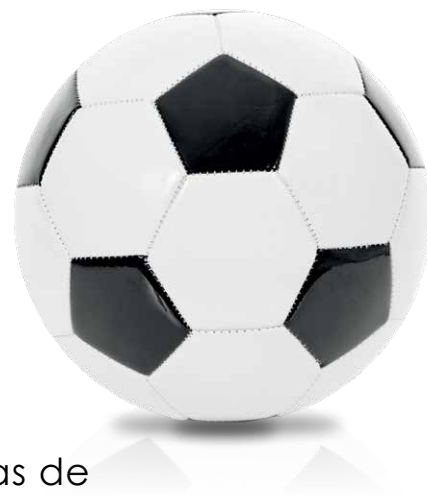
Em meio às mudanças que a Contabilidade e as Entidades de Classe passaram nos últimos anos, conhecer experiências de outras organizações do setor, como o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon), contribui para sabermos mais sobre outras Associações e Sindicatos da área, assim como as atividades desenvolvidas por elas. A Diretora Presidente da 3ª Seção Regional do Instituto, Beatriz Moraes, falou sobre as perspectivas da Entidade sobre o assunto.

Assim como a transparência é um aspecto relevante do trabalho dos Profissionais da Contabilidade, no Terceiro Setor instrumentos como o Conselho Fiscal e o de Administração são fundamentais para que o trabalho das ONGs ocorra adequadamente em diversos aspectos, entre eles a governança. Isso demanda a formação de grupos com membros que participam ativamente, identificados com a causa em questão e atentos ao cumprimento das boas práticas. Como cidadãos e especialistas, também precisamos ter

atenção a isso e cumprirmos nosso papel com a sociedade.

Além do Terceiro Setor, outras instituições demandam o trabalho especializado da Área Contábil, como os clubes de futebol. Com projetos de lei que preveem novos formatos para essas instituições, como as Sociedades Anônimas de Futebol, Profissionais da Classe podem ser requisitados para trabalhar nesses locais. Caso optem pela mudança, eles devem adotar uma gestão mais profissionalizada, com atenção a especializações de temas como o IFRS, assim como a contribuição com a disponibilização de dados mais fidedignos para a administração dos clubes.

Outro aspecto que demonstra a importância da atuação da Contabilidade são as áreas de Controle Interno e Auditoria nos órgãos públicos e empresas privadas, voltadas para a gestão adequada do patrimônio com ações para prevenir eventuais riscos nesse sentido. Devido à importância desse cuidado, a formação multidisciplinar dos Profissionais da Contabilidade que atuam no setor é fundamental.



Excelência também fora dos campos

Formatos Clube-Empresa ou Sociedade Anônimas de Futebol demandam mudanças nas Entidades Esportivas e Profissionais da Contabilidade qualificados

Maior controle e maior nível de governança. Essas são algumas das mudanças que a migração dos clubes de futebol do formato de associações para Clube-Empresa trazem, o que demanda profissionais qualificados para as adaptações. Segundo o Advogado, Contador, Conselheiro Federal do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e coordenador do Grupo de Estudo de Normas Contábeis Aplicadas às Entidades Desportivas, Glaydson Trajano Farias, a maioria dos clubes brasileiros são Entidades Associativas criadas por um grupo que gere a instituição a partir de um estatuto feito pelos fundadores, o que pode afetar a condução das mesmas.

“Isso tem como consequência um sistema que dificilmente consegue implementar regras de freios e limites de governança, bem como conseguir níveis de profissionalização dos gestores”, explica.

Nesse contexto, Clube-Empresa ou Sociedades Anônimas de Futebol (SAF) são modalidades abordadas em projetos legislativos em tramitação no Senado Federal (PL nº 5516/2019) e na Câmara dos Deputados (PL nº 5.082/2016), respectivamente. Em ambos, há a possibilidade de se tornarem ou não sociedades empresárias e gerirem o futebol de forma empresarial.

Edison Ishikura, professor, perito judicial e extrajudicial com doutorado sobre os principais eventos peculiares aos clubes de futebol, pontua características das SAFs. “Estão sujeitas a regras societárias mais rigorosas, principalmente sobre governança corporativa e funcionamento de Conselho Fiscal e de Administração. Devem emitir ações e podem emitir outros títulos mobiliários para fins de capitalização”.

Em relação às diferenças das SAFs para os outros formatos, há características distintas. “Clube-Empresa pode ser constituído como uma sociedade anônima ou até como



OS PROFISSIONAIS DA CONTABILIDADE INTERESSADOS NA ÁREA DEVEM TER ATENÇÃO A ASPECTOS ESPECÍFICOS DOS CLUBES DE FUTEBOL

sociedade limitada. Ou seja, não exige um rigor quanto ao sistema de governança corporativa. Caso as associações optem pelo Clube-Empresa, também perdem os benefícios fiscais de Entidades Sem Fins Lucrativos e sucedem suas obrigações.”, explica Ishikura.

Novas possibilidades

A adoção desse formato pode ajudar os clubes a sanarem débitos trabalhistas, fiscais, previdenciários e outras dívidas. “Nos projetos, há previsão de renegociação de dívidas fiscais como o pagamento incentivado, uma espécie de recuperação judicial para o segmento, criação de um novo regime tributário, bem como alterações para os contratos de profissionais do futebol”, enumera Glaydson, acrescentando que o CFC dispõe de uma Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) para Entidades Esportivas Profissionais, a ITG 2003. Além dela, Edison Ishikura acrescenta que as SAFs devem seguir a Lei das Sociedades por Ações.

Glaydson pontua que, como sociedade empresarial, a condução dos clubes é profissionalizada e as organizações são fortalecidas. “A implantação de

uma gestão profissional deve ser a principal atitude dessas organizações. Isso, aliado à transparência, pode atrair investimentos de terceiros - nacionais ou internacionais - além de solidificar ou ampliar o poder de marcas conhecidas do cenário futebolístico do Brasil”. Hoje, segundo Ishikura, nenhum clube brasileiro se tornou uma SAF, mas há estudos em andamento.

Atuação contábil

Ao implementar esse formato, o trabalho dos Profissionais da Contabilidade nas Entidades Esportivas está na disponibilização de informações fidedignas. “Cabe a ele municiar os gestores com informações que serão importantes nos projetos a serem seguidos. A importância das informações geradas como forma de proporcionar comparabilidade e previsibilidade são sem dúvidas elementos importantes a qualquer organização”, pondera o especialista.

Diante disso, os interessados no setor devem ter atenção a aspectos específicos dos clubes, assim como eventuais mudanças que o modelo Clube-Empresa demandará.

“Isso sem dúvidas exigirá uma maior estrutura dos clubes na retaguarda contábil para proporcionar aderência ao novo modelo e às novas legislações. Exigirá maior formação e capacitação de quem já atua no segmento, assim como trará oportunidades”, projeta Glaydson, acrescentando que, entre os temas que os Profissionais da Contabilidade deverão ter atenção estão as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS).



Trabalho em construção

Adaptação, troca de experiências e olhar para o futuro estão entre as iniciativas do Ibracon voltadas para o associativismo e relevância da Entidade

Propor o debate sobre temas relevantes para uma categoria e discutir formas de adaptar a execução do trabalho para o contexto atual com atenção às perspectivas futuras é uma das formas dos Sindicatos, Institutos e Associações mostrarem sua relevância entre os profissionais de um mesmo setor. Em torno disso, também é possível formar grupos atuantes em contato com outros setores e Entidades com demandas semelhantes ou complementares.

Beatriz Moraes é a Diretora Presidente da 3ª Seção Regional (Rio de Janeiro e Espírito Santo) do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon) desde 2020 e ingressou na Entidade há três anos. Ela identifica a inovação como um dos principais desafios do Instituto atualmente.

“A nossa receita é tão importante quanto a nossa responsabilidade de suprir as necessidades de nossos associados,

colaboradores e estudantes em fase de formação. É tudo muito novo e, em nossas reuniões mensais, discutimos ideias de inovação e formas de nos aproximarmos de nosso público-alvo, contribuindo com um ambiente mais sustentável, ainda que estejamos vivendo momentos de incerteza. Temos discutido assuntos para treinamentos a distância, para desenvolvermos reuniões mais leves, também chamadas de ‘café da manhã’. Sempre visando estarmos próximos e atualizando nossos colaboradores”.

Entre as alterações a serem feitas pelas organizações para manterem o trabalho desenvolvido, ela explica que, antes da pandemia, isso já era discutido e que o processo foi acelerado e adaptado pelo contexto.

“Estou orgulhosa da nossa capacidade de adaptação. Não deixamos de ministrar cursos relevantes ou discutir



ENTRE AS IDEIAS EM DISCUSSÃO NO IBRACON, ESTÃO A REALIZAÇÃO DE TREINAMENTOS A DISTÂNCIA E REUNIÕES MAIS LEVES PARA MANTER A PROXIMIDADE ENTRE SEUS MEMBROS

assuntos importantes durante esse período. Rapidamente nos adaptamos a uma realidade altamente dependente de tecnologia. Também percebemos que alguns formatos de reunião e cursos não estavam funcionando. A ausência de interação física deixa tanto o interlocutor quanto o receptor da informação mais cansados. Por isso, redesenhamos os nossos modelos".

A troca de experiências, segundo a Diretora Presidente, contribui para outros aspectos além do Instituto. "Quando iniciei minha carreira na auditoria, há 21 anos, vi o Ibracon como um ícone, um celeiro de conhecimento e profissionais diferenciados. Participando ativamente das rotinas do Instituto, tenho tido discussões mais profundas sobre diversos assuntos, o que sem dúvidas contribui para a minha vida profissional, além de estar mais próxima de profissionais de renome no mercado", destaca.

Ação conjunta

De acordo com Beatriz, além da união entre profissionais da mesma área em torno de objetivos em comum, o Associativismo reúne visões diferentes sobre o mesmo assunto e ações conjuntas. "O associativismo pode colaborar diretamente para amenizar os efeitos de uma crise econômica por meio de campanhas de marketing unificadas, compras coletivas e promoções conjuntas. O associativismo também permite uma maior integração entre profissionais, facilitando discussões ágeis, considerando diversos pontos de vista".

Ela pontua que, para dar continuidade a essas iniciativas, entre as possibilidades de obter mais engajamento da classe, há os profissionais do futuro: os estudantes da Área Contábil. "Ainda temos um bom caminho a percorrer, mas tenho observado um maior engajamento dos estudantes de Contabilidade, principalmente quando se trata do custo de formação de auditores".

Gerenciamento adequado

Áreas de controladoria e auditoria contribuem para gestão pública e privada

A preservação do patrimônio das empresas ou órgãos públicos demanda profissionais especializados na redução dos riscos financeiros e operacionais. Esse controle pode ser feito por auditores ou controladores internos, atribuições que requerem conhecimento multidisciplinar e abrange a Contabilidade.

De acordo com Edson Passos, professor e diretor de Projetos da EGP Consultoria e Treinamentos, o Controle Interno e a Auditoria são procedimentos complementares com o mesmo objetivo. "Preservar o patrimônio por meio da mitigação de riscos potenciais que possam impactar o sucesso da empresa no curto, médio ou longo prazo. O Controle Interno faz o acompanhamento prévio e concomitante dos atos e fatos. Já a Auditoria monitora após a conclusão dos processos, projetos ou atividades", diferencia.

Ana Luiza Lima, auditora e subcontroladora geral do Estado do Rio de Janeiro, Diretora Suplente

do SINDICONT-Rio e Conselheira do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), acrescenta que o Controle está relacionado a outros aspectos.

"É uma das quatro funções universais da gestão: planejamento, organização, direção e controle, que se relaciona com as demais funções, constituindo-se um instrumento indispensável para que sejam atingidos os objetivos previstos", pontua.

Em relação à conformidade e à transparência, Edson explica que as duas áreas auxiliam o núcleo estratégico na tomada de decisões e na prevenção de problemas como fraudes e desvios, por meio de dados confiáveis.

"Isso ocorre no intuito de que os fatores de produção sejam aplicados com a máxima eficiência, proporcionando a efetividade almejada pelos diversos *stakeholders* (grupos de interesse) ligados à Entidade, como governo, acionistas, empregados e órgãos de controle externo", enumera.



CONTROLE INTERNO E AUDITORIA TÊM O MESMO OBJETIVO: PRESERVAR O PATRIMÔNIO POR MEIO DA MITIGAÇÃO DE RISCOS POTENCIAIS QUE POSSAM IMPACTAR AS INSTITUIÇÕES

Nos órgãos públicos, a atenção ao Controle Interno cresceu por conta de dispositivos como a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000). Já nas instituições privadas, onde, de acordo com Edson Passos, os resultados dessas atividades são mais visíveis, o aperfeiçoamento do controle ocorreu em virtude do monitoramento de Conselhos Fiscais e acionistas, que foram motivados por alterações no mercado, como a necessidade de minimizar custos para aumentar a margem de lucro.

No caso das instituições públicas, Ana Luiza Lima enumera outros dispositivos. “Aos Sistemas de Controle Interno (SCI) no âmbito da administração pública foram incorporadas outras macrofunções e atividades de controle, como ouvidoria, transparência, corregedoria, integridade e combate à corrupção”.

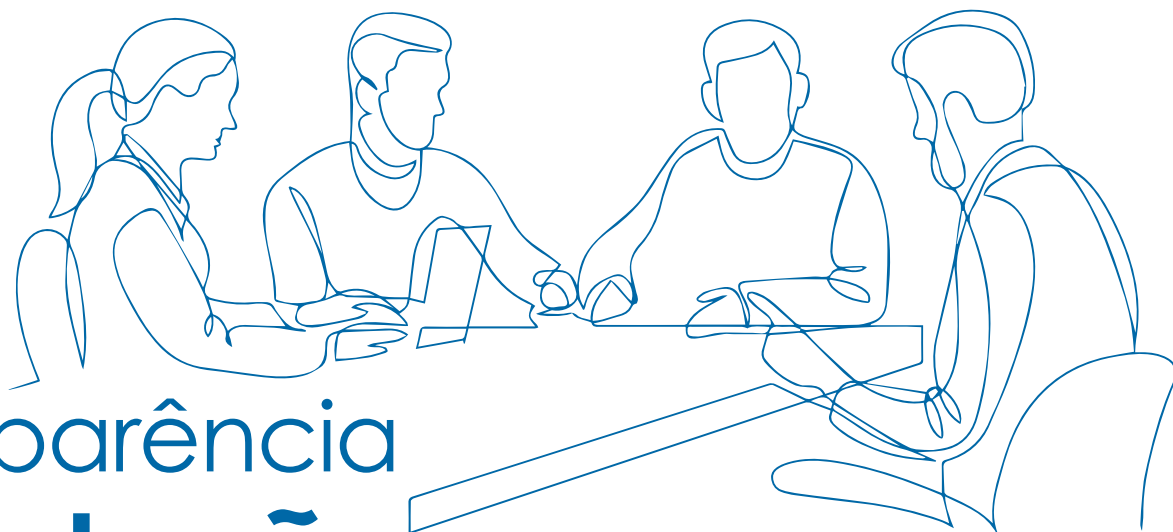
Atuação na área

Para ser controlador ou auditor interno, Edson Passos ressalta que é preciso conhecimento sobre áreas como Contabilidade, Economia, Direito e Administração, além das especificidades e arcabouço legal da instituição em questão. No caso dos Profissionais da Contabilidade, há um diferencial. Contudo, somente isso não é suficiente.

“A continuidade de uma empresa passa pela gestão do patrimônio, prerrogativa exclusiva da Área Contábil. Entretanto, o Contador precisa potencializar esses registros transformando-os em informação útil, fidedigna e tempestiva para auxiliar na tomada de decisão”, pondera Edson Passos. Ele acrescenta que, além da formação, é preciso experiência prática em Controle e que há discrepâncias entre a formação acadêmica e as necessidades do mercado.

“O Profissional da Contabilidade precisa compreender que seu ofício é atividade-meio e não atividade-fim, ou seja, ele começa a realizar seu trabalho de Controle ou Auditoria e o que se percebe em entrevistas é que as instituições estão formando Contadores para disponibilizar informações fidedignas, enquanto o mercado busca profissionais que potencializem tais informações em resultados financeiros e sociais”, analisa.

Além de especializações, Ana Luiza ressalta a importância do estudo sobre auditoria para atuar na área e cita outras legislações relacionadas à administração pública: Decreto-Lei nº 200/1967, Lei nº 4320/64 e o artigo 70 da Constituição de 1988.



Transparência e proteção

Conselhos em ONGs contribuem para a governança e o exercício adequado dos objetivos das Entidades

Para que as atribuições das Organizações Não-Governamentais (ONGs) sejam executadas com excelência nas várias esferas que abrangem o trabalho da instituição, o acompanhamento dos processos também deve abranger a participação dos Conselhos Fiscal e de Administração na gestão das atividades.

De acordo com Helen Pedroso, diretora executiva do Instituto Ronald McDonald e especialista em Gestão de Conselhos pela Board Source e RMHC, os Conselhos contribuem com a gestão das ONGs e os conselheiros são “voluntários de governança”. Entre as atribuições do grupo, é preciso garantir a transparência e realizações da Entidade aliadas a aspectos como valores, ética e legalidade, assim como a execução das estratégias de acordo com a estrutura disponível.

“O papel deles é de supervisão. Na proteção dos ativos, monitorar se

as ações ocorrem de acordo com a missão da organização, com integridade e transparência, auditoria externa e relatórios divulgados e disponíveis para órgãos do setor de atuação da Entidade. Um Conselho forte e atuante se subentende que ajuda na organização e garante recursos, já que o financiador percebe a Entidade como estruturada e transparente. Dá uma credibilidade única”, enumera.

Segundo o Guia das Melhores Práticas para Organizações do Terceiro Setor, do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), as decisões do Conselho devem estar acima de eventuais indicações dos membros do grupo. “Deve-se decidir em favor do melhor interesse da associação como um todo, independentemente das partes que indicaram ou elegeram seus membros, empenhando seus esforços para garantir inexistência de conflito de interesses”.

Em ação

Para realizar as atribuições voltadas para o trabalho da organização, o principal desafio dos Conselhos, segundo a especialista, é manter o engajamento dos membros. “Cabe ao gestor alinhar as expectativas de todos, se não o grupo chega despreparado para as reuniões. Gosto de fazer encontros individuais para engajá-los antes com estratégias de acordo com o perfil de cada um”, sugere Helen.

Além da participação ativa dos integrantes, os grupos devem ter atenção constante a aspectos que impactam na parte operacional da instituição. “Deve-se regularmente analisar junto com o principal executivo possíveis vulnerabilidades, tais como: controle de orçamento realizado *versus* o planejado, prestação de contas, novos marcos regulatórios, contingências diversas, novos projetos, investimentos, associação de imagem com terceiros, parcerias, dentre outros”, ressalta o Guia do IBGC.

Na formação dos Conselhos, a pluralidade de conhecimentos técnicos e de perfis deve ser levada em consideração. Helen sugere perfis como uma pessoa com capacidade de captação e conhecedora de uma rede de potenciais doadores, um membro que se identifica com a causa e um conselheiro com capacidade de mobilização de outras pessoas para ações em prol da Entidade.



OS CONSELHOS TÊM ENTRE AS SUAS FUNÇÕES GARANTIR A TRANSPARÊNCIA E REALIZAÇÕES DA ONG ALIADAS A ASPECTOS COMO VALORES, ÉTICA E LEGALIDADE

“Considera-se boa prática de governança que essa composição seja heterogênea e diversificada e que seus integrantes sejam dotados de conhecimentos, experiências, habilidades, perfis e estilos diferenciados, de modo que o Conselho se constitua num rico espaço de competências para o desempenho de suas funções com liberdade de expressão de seus conselheiros”, define a publicação do Instituto.

Conhecimentos específicos

Ainda que não seja obrigatória uma formação específica para participar dos conselhos, Helen destaca que isso é uma oportunidade de desenvolvimento dos

membros do grupo. “Cabe à instituição ter esse olhar para o processo de engajamento em prol da causa”.

Ela explica que os Profissionais da Contabilidade podem participar dos Conselhos, desde que também não sejam o Contador responsável pela ONG. “Como classe, é maravilhoso. A parte financeira é um ponto fraco, é sempre bom ter um Contador para agregar na parte de controle, transparência, é o melhor caminho nos dois tipos de Conselho”. Os colaboradores das ONGs não podem ser conselheiros, mas podem participar e prestar suporte nas reuniões, secretariar ou assumir cargos de diretoria, que têm mandatos pré-determinados, mas sem poder de voto.

ESG: Tsunami, marolinha ou cortina de fumaça

Dilma Pimentel

Doutora em Engenharia Civil e Mestre em Sistema Integrado de Gestão pela UFF

Especialista em Gestão Sustentável pela UFF, Gestão Estratégica pela GRIFO e Educação pela PUC

Consultora em Gestão Integrada

Em artigo publicado no *site* do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), intitulado “A Contabilidade e as dimensões econômicas, sociais e ambientais dos Relatórios de Sustentabilidade”, uma afirmação chamou minha atenção: “À medida que as questões de sustentabilidade estão se tornando urgentes, o conjunto da sociedade, de diferentes países, está clamando às empresas para que estas assumam esse compromisso”.

Confesso que em um primeiro momento tal apelo me lembrou o movimento que levou a farsa normativa do início dos anos 2000. Na época a imposição

de grandes empresas por uma melhor qualificação de seus fornecedores acabou levando a uma corrida onde mais importante que a implementação efetiva dos sistemas de gestão QSMS era o “certificado na parede”, mesmo que para isso fosse preciso esconder fatos, dados ou utilizar empresas de auditoria não íntegras. Quem não lembra da oitiva no Senado, após o acidente de Brumadinho, quando o ex-presidente Fabio Schvartsman tentou explicar, sem sucesso, o porquê de a Vale ter substituído o grupo franco-belga Tractebel Engie, quando este se negou a declarar estabilidade do reservatório, pela empresa alemã Tüv Süd?



Estou na luta pela gestão socioambientalmente corporativa há muito tempo. Particpei inclusive do processo de produção de alguns dos referenciais utilizados até hoje como os Indicadores Ethos, as normas ISO 26000 e ABNT 16001, entre outros. No entanto, nos 20 anos que atuo como consultora, auditora e realizando treinamentos para milhares de profissionais, só para petroleiros e terceirizados da Petrobras foram quase 5 mil, posso garantir que na maioria dos casos não há uma verdadeira integração das áreas internas, nem soluções viáveis tanto para o “administrativo” quanto para a “operação”, ou mesmo adaptado

à realidade de um país pobre e de dimensão continental como o nosso.

Preciso deixar claro que reconheço a importância de temas emergentes como mudanças climáticas e biodiversidade, por exemplo. Minha preocupação, no entanto, é que enquanto nos mobilizamos com pautas que fazem todo sentido neste momento para enormes empresas de outros países, em especial europeus, nos afastamos daquilo que é crítico para a sociedade brasileira no curto e médio prazo. Quando temos a grande massa da população brasileira, acadêmica e tecnicamente desqualificada, trabalhando no “almoço para pagar o jantar”, o preenchimento de uma simples matriz GUT poderia nos dar lucidez e auxiliar na priorização de resolução dos graves e complexos problemas que assolam a realidade empresarial brasileira.

Neste sentido, este texto é um chamamento à ação. Venho cobrar uma postura ética dos Contabilistas. Não a ética passiva que discute desvios de conduta da atividade profissional, mas uma postura ética ativa que dê visibilidade para todo o rol de práticas comerciais ilegais e imorais que de certa forma explicam a dificuldade de se priorizar aspectos Ambientais, Sociais e de Governança – reconhecidos atualmente pela sigla em inglês ESG.

O chamado “Tsunami ESG” citado em vários artigos no LinkedIn vira uma marolinha quando nossa referência é um empresariado que não consegue nem ao menos ter clareza de quais são seus impactos socioambientais e como internalizar os princípios de sustentabilidade em suas operações. Sem contar que, em alguns casos, o conceito



serve perfeitamente como cortina de fumaça para práticas insustentáveis de certos segmentos empresariais.

Neste artigo não me dirijo aos Contadores que executam as atividades para as grandes empresas, mas a aqueles que apoiam as milhões de PMEs que lutam diariamente para sobreviverem. Mais especificamente ainda, me dirijo aos que prestam serviço para as “empresas sustentáveis” pois, apesar do relato de suas ações reconhecidas e premiadas como socioambientalmente responsáveis, muitas apresentam práticas comerciais abusivas com seus fornecedores. Práticas essas de conhecimento dos Contabilistas com quem donos de empresas estabelecem uma relação de parceria e cumplicidade com todo tipo de estratégia, lícitas e ilícitas. Quantos não vivenciam a prática

de mudar a data de pagamento de notas de forma unilateral? Em plena pandemia conheço empresas que passaram de 30 para 60 e 90 dias sem aviso prévio.

Lembrando que a ética é muito mais do que normas e regras, a ética profissional mais especificamente, envolve ações e comportamentos, que geram resultados individuais e coletivos. Seu propósito mais profundo está em ajudar as pessoas a compreenderem quais são os princípios fundamentais, a partir dos quais devemos agir visando sempre o bem coletivo.

Reafirmo que como auditora de empresas, não raro vejo “empresas sustentáveis muito bem ranqueadas nos critérios ESG” repassando suas ilegalidades e imoralidades à fornecedores contratados por preços inconcebíveis para o mero atendimento à legislação. Às vezes a prática é mais sutil, empresas que divulgam seus excelentes resultados baseando-se em relatórios *due diligence* elaborados por profissionais desqualificados ou empresas com Programas de Integridade robustos que subornam para conseguir um simples AVCB.

Assim como eu, vocês Contabilistas também sabem o que acontece: a conta paralela para pagar os subornos, os funcionários dentro e fora da folha de pagamento, os benefícios dados sem registro, o rol de legislações ambientais e sanitárias descumpridas, etc.



Os Contadores não só podem como devem dar apoio neste processo, e não é só se recusando a camuflar informações e driblar as leis. O simples estímulo ao preenchimento da NBCT 15 já ajudaria muito. Outra opção é se aproximar deste universo pois neste momento forças do mercado estão, no meu entender erradamente, confundindo a inserção de princípios como ética, transparência e o respeito aos direitos humanos na gestão com a adesão de ferramentas comerciais de monitoramento de desempenho.

Fazer um relatório de sustentabilidade, por exemplo, sem reforçar a cultura de se relatar a verdade, com suas informações positivas e negativas, aproxima o documento final de uma propaganda institucional, e não é esse o resultado esperado e merecido pelas partes interessadas, especialmente as mais vulneráveis.

Sem dúvida é primordial que questões de sustentabilidade sejam inseridas na gestão, mas neste momento, ainda mais após o impacto da pandemia, as PMEs brasileiras precisam de apoio para que isso seja internalizado de forma viável pois há um grande risco de que um movimento que nasceu para ser incluyente se transforme em excluyente. As empresas brasileiras já dão exemplos diários de resiliência, está na hora de ajudá-las a mostrar isso e cobrar dos investidores soluções mais realistas às suas capacidades.

Atualização constante

Imposto de Renda e Longevidade são alguns dos temas abordados nas lives do SINDICONT-Rio

A programação de transmissões ao vivo do SINDICONT-Rio de 2021 teve início no dia 24 de fevereiro, com uma palestra sobre Malha Fina e Retificações e Declaração de Bens realizada por Leônidas Quaresma (1), auditor fiscal da Receita Federal aposentado. No dia 3 de março, o professor de Gestão de Escritórios Contábeis Marco Aurélio (2) abordou as Doações do Imposto de Renda.

No dia 10 de março, IRPF – Saída Definitiva do País foi o assunto tratado por Roberto Campos (4), especialista em Imposto de Renda Pessoa Física. A fisioterapeuta Dra. Simone Mazzei (5),

da Clínica Prossiga Gerontologia, abordou o tema Longevidade na *live* do dia 17 de março. Leônidas Quaresma realizou uma nova apresentação, sobre Livro Caixa, Pagamentos Dedutíveis e Rendimentos Recebidos Acumuladamente no dia 24 de março. Na última transmissão do mês, no dia 31, o CEO do Grupo RM Negócios Centro, Pedro Mendes (6), falou sobre o tema Conhecendo o Simples Nacional.

As *lives* do SINDICONT-Rio são transmitidas pela Entidade no Instagram, no canal do YouTube ou pela ferramenta Zoom. As palestras são mediadas pela Vice-Presidente Sandra Pedroso (3).



Edifício Moraes Júnior: 72 anos de história

Sede própria do SINDICONT-Rio, o Edifício Moraes Júnior, localizado na Rua Buenos Aires, completou 72 anos no dia 17 de janeiro. O prédio recebeu o nome em homenagem a um dos fundadores da Entidade, que antes se estabelecia na Avenida Rio Branco, 118. O Edifício foi inaugurado em uma solenidade com a presença de membros do governo federal da época, como Dr. Paulo Lyra, representante do então Presidente da República, Marechal Eurico Gaspar Dutra.

Nos últimos anos, a construção foi restaurada após um incêndio no prédio vizinho danificar parte da fachada e a lateral esquerda do Edifício. Ocorrido em 2014 durante a gestão da Presidente Lygia Sampaio, o acidente demandou superação da Diretoria e do Quadro Funcional do Sindicato para manter a continuidade das atividades da Entidade durante as obras de reparo.

Atualmente, por conta da pandemia de Covid-19, o atendimento presencial na sede do SINDICONT-Rio ocorre parcialmente, às terças e quintas-feiras, das 11h às 15h.



Qualidade de vida em todas as épocas



Maior expectativa de vida da população demanda geriatras e profissionais de saúde especializados em Gerontologia

Com o crescimento da população idosa no Brasil e no mundo ao longo das últimas décadas, as demandas específicas desse público ganharam espaço e abrangem diversos aspectos, entre eles, atendimentos de saúde adequados ao momento de vida desses indivíduos.

Especialista em Gerontologia e Fisioterapia, Simone Mazzei explica que, com essa mudança demográfica, a Geriatria e os especialistas em Gerontologia atuam em uma área em expansão e que buscam melhorar a qualidade de vida, com avaliação e abordagem mais integral do idoso, que olham esta pessoa no seu contexto físico, psicológico e social divulgando e promovendo o envelhecimento ativo.

“Eles são avaliados com principal foco na prevenção das chamadas ‘síndromes geriátricas’, que podem levar o paciente a um estado de fragilidade que compromete diretamente sua capacidade funcional e pioram sua saúde em geral, podendo colocar em risco sua vida, como instabilidade postural e quedas, demências, decisões terapêuticas ou procedimentos equivocados que põem em risco ou pioram a saúde do idoso”.

Entre as principais doenças que acometem essa faixa etária, estão demência vascular e mal de Alzheimer, doença de Parkinson, catarata, degeneração macular relacionada à idade, perda auditiva, osteoporose, artrose, doença cardiovascular, câncer, hipertensão arterial, diabetes tipo 2, AVC, pneumonias, infecções urinárias e doença pulmonar obstrutiva crônica.



A BUSCA POR UM GERIATRA DEVE TER INÍCIO AOS 60 ANOS, MAS HÁ PESSOAS QUE PROCURAM ANTES POR PREVENÇÃO

Além da saúde

Assim como ocorre com o atendimento médico, o crescimento da população idosa deve demandar pessoas de outros setores. “Profissionais das áreas de Serviço, Planejamento Urbano, Arquitetura, Gestão e Marketing”, enumera Simone.

Atendimento especializado

Para prevenir esses casos, o ideal é buscar o atendimento de um geriatra a partir dos 60 anos. “Mas observamos uma procura por pessoas mais jovens, em busca de cuidados de prevenção”, observa a especialista. As queixas dos pacientes, segundo Simone, abrangem, além das doenças, diminuição da independência dessas pessoas. “Hoje a saúde do idoso está muito relacionada à capacidade de gerir sua vida, dando conta de suas atividades diárias com autonomia e independência, o que chamamos de Capacidade Funcional”, pontua.

Além do geriatra, os profissionais especializados em Gerontologia atuam em demandas específicas relacionadas às mudanças ocorridas pelo envelhecimento. Na Fisioterapia, por exemplo, o atendimento pode ser voltado para recuperação após uma queda ou internação longa, melhorar o equilíbrio e a mobilidade, manter e restaurar a capacidade funcional.

O atendimento psicológico pode abranger quadros depressivos, luto, conflitos geracionais e familiares, assim como as limitações inerentes ao envelhecimento. Na área de Nutrição, casos de obesidade e desnutrição. Atendimentos de Fonoaudiologia, por sua vez, podem ser voltados para alterações na voz, na linguagem e dificuldades de deglutição. A área de Neuropsicologia pode tratar de queixas cognitivas, como memória, prevenção de depressões e de quadros demenciais.

Por conta das medidas restritivas contra Covid-19, o atendimento do SINDICONT-Rio ocorre da seguinte forma:

- Por meio de teletrabalho, das 10h às 19h;
- Desde 1º de setembro, mediante agendamento, o atendimento presencial está acontecendo às terças e quintas-feiras das 11h às 15h.

Aguardamos seu contato em nossos canais:



(21) 98554-2163



(21) 98554-2164/ 98554-2162



SECRETARIA1@SINDICONT-RIO.ORG.BR / DIVULGACAO@SINDICONT-RIO.ORG.BR /
CADASTRO@SINDICONT-RIO.ORG.BR

Acesse nosso site e siga-nos nas redes sociais para conferir nossas ações e demais iniciativas do SINDICONT-Rio: www.sindicont-rio.org.br.



SINDICONT-Rio



sindicont.rio



SINDICONT-Rio



Sindicont Rio



SINDICONT Rio

**PÓS MACKENZIE RIO
ESPECIALIZAÇÃO**

**CONTABILIDADE,
GESTÃO FINANCEIRA
E AUDITORIA**

MSc. ALUÍSIO MONTEIRO
- COORDENADOR



**PLANEJAMENTO
TRIBUTÁRIO**

MSc. ANTÔNIO MIGUEL
- COORDENADOR



INSCREVA-SE

CONHEÇA Nossos CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO